

IDENTIFICAÇÃO DE PRINCÍPIOS UTILITARISTAS DE JEREMY BENTHAM NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

IDENTIFICATION OF THE PRINCIPLES OF JEREMY BENTHAM'S UTILITARISM IN THE BUILDING OF KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
Icléia Thiesen

Resumo: Jeremy Bentham se notabilizou como jurista por sua filosofia de cunho utilitarista desenvolvida no século das Luzes. Suas ideias influenciaram sobretudo o universo do Direito onde se enraizaram de forma inovadora, mas ganharam também outros campos que delas se apropriaram. Pouco conhecido dos profissionais da informação, o filósofo concebeu seu próprio sistema de classificação, preocupado com a definição dos conceitos jurídicos que deveriam primar pela clareza e precisão. Embora não tenham sido utilizados como foram originalmente concebidos, alguns princípios filosóficos que ele definiu nos oitocentos foram apropriados um século depois na concepção dos sistemas de organização do conhecimento construídos e ainda hoje utilizados pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O presente trabalho tem como objetivo identificar, analisar e discutir princípios utilitaristas que influenciaram a construção de sistemas de organização do conhecimento, especificamente a *Library of Congress Classification (LCC)* e a *Library of Congress Subject Headings (LCSH)*. Os procedimentos metodológicos se configuram no cotejo de aspectos da teoria utilitarista de Bentham com elementos incorporados nos referidos sistemas, permeados por informações históricas que podem explicar as influências do jurista inglês na sua concepção. Resultados preliminares indicam, como pressuposto deste trabalho, (1) aproximações entre a teoria utilitarista e os sistemas analisados, desconstruindo a ideia de que não há uma concepção teórica regendo esses sistemas, mas também (2) a necessidade de estudos mais verticais que possam evidenciar os limites e as possibilidades de aperfeiçoamento de outros sistemas de organização do conhecimento à luz da lógica benthamiana revalorizada hoje em diversos países, como a Inglaterra, sua terra natal.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento. Jeremy Bentham. Classificação da Biblioteca do Congresso. Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso.

Abstract: Jeremy Bentham was prominent as a jurist for his philosophy of Utilitarianism developed during the Enlightenment. His ideas particularly influenced the universe of Law, where they have taken root in an innovative way, even though they were also appropriated by other fields. Little known to Information professionals, the philosopher conceived his own classification system, having in mind that the definition of juridical concepts should strive for clarity and precision. Although not used as originally designed, some philosophical principles defined by Bentham in the nineteenth century were employed a hundred years later to build the knowledge organization systems and are still used today by the Library of U.S. Congress. This study aims to identify, analyze and discuss the principles of Utilitarianism that have influenced the building of knowledge organization systems, specifically the Library of Congress Classification (LCC) and Library of Congress Subject Headings (LCSH). As a methodology, aspects of Bentham's theory and elements incorporated in the mentioned systems were collated and permeated by historical information that may explain the influences of the English jurist's conception. As a premise of this study, preliminary results indicate, (1) approaches between the theory of Utilitarianism and the analyzed systems, deconstructing the idea that no theoretical framework rules these systems, but also (2) the need of more vertical studies to show the limits and possibilities to improve other knowledge

organization systems in the light of Bentham's logic, today revalued in many countries, including England, his homeland.

Keywords: Knowledge Organization Systems. Jeremy Bentham. Library of Congress Classification. Library of Congress Subject Headings.

1 INTRODUÇÃO

A história da classificação do conhecimento acompanha par e passo a história das ciências. Ao analisarmos sua história moderna, verificamos a preeminência das ciências biológicas na definição dos caminhos seguidos desde o século XVIII - não por acaso a época das Luzes – determinando, à medida da complexificação das ciências, a necessidade crescente de uma teoria subjacente às classificações científicas.

É nessa direção que, em 1813, Augustin Pyrame de Candolle (1778-1841), botânico e médico, cunhou o termo *taxonomia*, com o sentido de teoria das classificações (BONTE; IZARD, 2007). Nomear e classificar são etapas indispensáveis sobretudo nas ciências naturais, para tornar possível um inventário das entidades em estudo a serem posteriormente catalogadas e descritas (LECOURT, 2006). Em sua obra clássica *Théorie élémentaire de la botanique*, Condolle (1813, p.23) explica a importância de uma *Teoria das classificações ou taxonomia vegetal*, título que deu à primeira parte de seu livro mais importante:

Trinta mil espécies de vegetais diferentes são conhecidas hoje na superfície do globo. Este número chegaria a mais de quarenta mil se reuníssemos tudo o que existe de inédito nas nossas coleções; e se supusermos que a Ásia, a África e a Oceania são conhecidas dos Botânicos atuais, no mesmo ponto em que a Europa o era no século dezesseis, veremos que, segundo todas as probabilidades, o globo terrestre está recoberto por mais de sessenta mil espécies de vegetais. Cada uma dessas espécies tem sua pátria, seu nome, sua forma, suas propriedades e seus usos. Todos esses conhecimentos diversos têm seus graus de utilidade (tradução e grifo nossos).

O termo grifado se repete em vários pontos do livro e não por acaso. O espírito utilitarista soprava na Europa e formava mentalidades. No plano das ideias essa filosofia teve como pai fundador Jeremy Bentham (1748-1832), jurista inglês que se debruçou sobre os estudos das instituições sociais, mas distinguindo-se especialmente no campo do Direito. Conhecedor das classificações de seu tempo criticou a forma arborescente pela qual os enciclopedistas organizaram o conhecimento, optando por seguir algumas características do sistema de organização do conhecimento do suíço C. Lineu (1707-1778), especialmente sua estrutura binária.

Botânico, zoólogo e médico, considerado o “legislador” da botânica, Lineu codificou a denominação binária de um organismo vivo, vegetal ou animal, “um nome de gênero seguido de um nome de espécie”, conforme assinalado por Hervé Le Guyader (LECOURT, 2006, p.207). Precisão e clareza constituíam o objetivo principal de sua proposta. Essa visão utilitária dos instrumentos de organização do conhecimento influenciou sobremaneira o pensador inglês. Se fizéssemos um estudo prosopográfico⁸⁰, onde diferentes personagens fossem reunidos através de suas ideias, certamente constataríamos uma circularidade cultural marcada pelo utilitarismo, sem perder de vista as nuances próprias de cada um deles. Por escapar dos objetivos do presente trabalho, adiaremos esse percurso para retomá-lo em outra oportunidade.

Jeremy Bentham se notabilizou como jurista por sua filosofia de cunho utilitarista desenvolvida no século XVIII. Suas ideias influenciaram sobretudo o universo do Direito onde se enraizaram de forma inovadora, mas ganharam também outros campos que delas se apropriaram. Tinha plena convicção de que seria possível transformar a sociedade através de leis úteis e justas que promovessem a sua segurança e, por conseguinte, a sua felicidade. Para isso seria imprescindível disciplinar o corpo social.

Pouco conhecido dos profissionais da informação, o filósofo concebeu seu próprio sistema de classificação, preocupado com a definição dos conceitos jurídicos que deveriam primar pela clareza e precisão. Embora não tenham sido utilizados como foram originalmente concebidos, alguns princípios filosóficos que ele definiu nos oitocentos foram apropriados um século depois na concepção dos sistemas de organização do conhecimento construídos e ainda hoje utilizados pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

O presente trabalho constitui uma retomada de pesquisas anteriores⁸¹ e tem como objetivo identificar, analisar e discutir princípios utilitaristas que influenciaram a construção de sistemas de organização do conhecimento, especificamente a *Library of Congress Classification* (LCC) e a *Library of Congress Subject Headings* (LCSH). Os procedimentos metodológicos se configuram no cotejo de aspectos da teoria utilitarista de Bentham com elementos incorporados nos referidos sistemas, permeados por informações históricas e

⁸⁰ A prosopografia pode ser entendida como um método ou uma abordagem para estudos de biografias coletivas, de enfoque sociológico e histórico, buscando revelar características comuns de determinados grupos sociais. Ver Heinz (2006); Stone (1971).

⁸¹ Trata-se dos projetos de pesquisa “A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, epistème”, coordenado por Icléia Thiesen (2009-2012) e “Organização e representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas”, coordenado por Marcos Miranda (2009-2012).

contextuais que podem explicar as influências do jurista inglês na sua concepção. Para fins de argumentação, outros personagens que se ligam à trajetória de Bentham são incorporados às discussões, no pressuposto de que formam elos entre si, guardadas as diferenças de abordagens das ciências e da forma de organizá-las em classificações. É o que veremos no próximo item.

2 JEREMY BENTHAM, A TEORIA UTILITARISTA E A CLASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO⁸²

A compreensão do pensamento do “patriarca do utilitarismo” se vincula a diversos aspectos de sua história de vida que se refletirão nas suas propostas de reforma das instituições e nas ideias contidas em sua classificação do conhecimento, ligadas de forma indissociável.

É considerado fundador do utilitarismo clássico⁸³ que tem forte relação com o Direito. Este campo do conhecimento deve passar pelo crivo da utilidade, um de seus princípios diretores. A teoria utilitarista é uma “doutrina relativa à moral, ou seja, à questão do bem e do mal na ação humana. Foi elaborada por um conjunto de autores, principalmente britânicos, entre meados do século XVIII e do XIX” (ALLAND; RIALS, 2012, p.1498).

A utilidade é um valor e um princípio que permeia toda a sua obra. Para Bentham o homem busca em todas as coisas sua felicidade, que ele identifica com seu prazer. Mas, não se trata de uma tendência individual e egoísta, pois essa busca tem uma regra moral que o direciona ao bem estar coletivo. “O máximo de felicidade para o maior número possível de pessoas” traduz o propósito de Bentham nos planos que empreendeu para eliminar a indigência e a pobreza através da educação e do trabalho industrial nascente. (BENTHAM, 2004, p.39). Nesse aspecto, o “positivo” pode ser entendido como “útil”, por oposição à incerteza que dá lugar ao que é vago. Os utilitaristas clássicos propõem uma revisão profunda dos direitos nacionais existentes à época. Do ponto de vista formal, a ideia central desta corrente é a codificação que ocupa uma parte determinante na reforma de Bentham, mas

⁸² Não nos propusemos a descrever detalhadamente as ideias de Bentham, mas a evidenciar os princípios de sua filosofia que estão refletidos nos seus projetos e, por conseguinte, na forma como concebe o conhecimento. Para um estudo da sua obra ver, entre outros, Brunon-Ernst (2007); Cléro & Laval (2002); Cléro (2006); Centre Bentham (<http://www.centrebentham.fr>); *Bentham Project* (<http://www.ucl.ac.uk/bentham-project/>). Os pesquisadores do *Centre Bentham* dispõem de um sítio na Internet, promovem colóquios internacionais sobre o tema, publicam online a *Révue d'études benthamiennes*, além de empreenderem a tradução da obra de Bentham para a língua francesa. A atualidade de Bentham é incontestável.

⁸³ Para muitos autores esse ramo da filosofia constitui uma migração do positivismo francês de Comte para a Inglaterra.

aprovada também por John Austin, James Mill, seu filho John Stuart Mill (ALLAND; RIALS, 2012, p.1501).

O personagem aqui referido recebeu uma educação austera que marcará toda a sua vida. Apesar de pertencer a uma família bem aquinhoada em termos de recursos financeiros, é educado em colégio interno, dispondo de pouco dinheiro para se manter no dia a dia, o que o colocava em situação desigual à dos colegas. Michelle Perrot explica que ele “tem relações tensas com seus companheiros” (PERROT, 2000, p.113). Essa experiência em uma instituição fechada, com forte característica disciplinar terá reflexos, ainda, no modelo de escola chrestomáthica⁸⁴ que o jurista idealizará já na idade madura. Todo seu projeto reflete as bases da filosofia utilitarista, doutrina cujo princípio “aprova ou desaprova uma ação, qualquer que seja, segundo sua tendência de aumentar ou de diminuir a felicidade da parte cujo interesse está em questão” (CLÉRO; LAVAL, 2002, p.54). Pode-se resumi-la na concepção do panoptismo⁸⁵ que se faz refletir na escola idealizada, na deontologia, no código constitucional, no sistema de penas e recompensas, etc. Este último servirá de base para a mensuração do que útil e positivo para a sociedade. Seu objetivo era tornar o conhecimento mais adequado às necessidades sociais através do ensino da população inglesa face às mudanças advindas da industrialização nascente e do pensamento iluminista. Nesse aspecto, o trabalho constitui um valor fundamental. Bentham anteviu a proximidade e expansão das novas formas de trabalho industrial que pressupunham mudanças qualitativas na formação da mão de obra dos novos trabalhadores.

Aos doze anos de idade torna-se estudante de Direito em Oxford, conforme a vontade de seu pai, ocasião em que se decepciona com o ensino ali ministrado, ressaltando a

⁸⁴ *Chrestomathia* é o título da obra de Bentham. O termo de sua lavra significa “o que conduz à aprendizagem útil”, obra que contém seu amplo esquema de pensamento e que engloba seu esquema de classificação do conhecimento. Os originais datam de 1816-1817 e foi editada em 1843, em Edimburgo, por John Bowring (1792-1872), negociante e advogado de Londres que se tornou seu amigo e, “após a sua morte, seu executor testamentário, encarregado da publicação das obras do mestre” (BRUNON-ERNST, 2007, p. 233). A tradução francesa realizada por Jean-Pierre Cléro, publicada em 2004 e analisada neste trabalho, considerou a 1ª tradução inglesa, mas baseou-se principalmente na edição inglesa de 1983, cf. explicações de seu tradutor (CLÉRO, 2004, p.LXXI. In: BENTHAM, 2004). O mesmo autor explica que a tradução do Apêndice IV dessa obra foi realizada por George Bentham, sobrinho do jurista e filho de Samuel Bentham.

⁸⁵ Termo dos mais conhecidos do vocabulário de Bentham constitui ao mesmo tempo um projeto amplo para a construção de prisões, casas de indústria e uma escola, pois o princípio da utilidade requer um projeto de educação. Mas, segundo Cléro & Laval (2002, p.19), constitui também um princípio de inspeção, sem o qual não seria possível compreender o pensamento utilitarista de Bentham. Devemos a Michel Foucault a popularização do termo e do projeto panóptico, especialmente em *Vigiar e punir: o nascimento das prisões* (1993) e em *A verdade e as formas jurídicas* (1996).

depravação moral que reinava naquele lugar destinado a formar o clero anglicano, o que poderia de certa forma explicar seu ateísmo declarado na maturidade (BRUNON-ERNST, 2007, p.30; AUTORES, 2009, p.224). Aos quinze anos volta a Londres e ingressa nos estudos jurídicos ministrados no Lincoln's Inn, "uma espécie de faculdade de estudos jurídicos muito fechada" (PERROT, 2000, p.113), repetindo a mesma decepção com o sistema vigente, o que o levará mais tarde a pensar na reforma das instituições⁸⁶ e a jamais exercer a advocacia. É nesse momento de sua vida, ainda muito jovem, que tomará conhecimento da obra de Lineu, considerado um dos mais expressivos taxonomistas de seu tempo (BURKE, 2003, p.79). Lineu utiliza a bifurcação e a bipartição para classificar o conhecimento da botânica. Bentham fará o mesmo procedimento binário ao refazer o sistema classificatório arborescente da arte e da ciência feitos por Diderot e d'Alembert na Enciclopédia (BENTHAM, 2004). O jurista se refere inúmeras vezes a essa "obra célebre", em sua *Chrestomathia*. Em « La carte encyclopédique de D'Alembert ou l'esquisse en forme de table : ses imperfections », por exemplo, Bentham relaciona as falhas ali encontradas:

1º O tema mesmo da obra, designado inadequadamente. 2º A *fonte primeira* das *divisões* escolhida de forma inoportuna. 3º O *esquema de divisão*, solto e irregular. 4º As *chamadas*, em numerosos casos [são] inapropriadas. 5º As *distinções infundadas*, em inúmeros casos de princípios, inapropriadas. 6º *Repetições frequentes*: o mesmo objeto repetido inúmeras vezes sob diversos nomes. 7º A *textura incompleta* do discurso: sem *verbos* e, conseqüentemente, sem *proposições*; nada além de *substantivos*, com isso e aquilo, um *artigo* ou um *adjetivo* (BENTHAM, 2004, p.179-180).

A utilização da estrutura por bifurcação exaustiva é assim explicada e justificada por Bentham:

a qualidade exaustiva será sempre útil na divisão de todo conjunto lógico; e, para que a divisão forneça a prova dessa qualidade, é preciso que seja sempre redigida a partir dos princípios que acabo de estabelecer. Em qualquer que seja o ramo, quanto mais continuar essa divisão, mais se obterá vantagens pela precisão que ela dará às ideias que se concebe do assunto (BENTHAM, 2004, p. 206).

As concepções de educação do jurista sofreram diversas influências, como a de John Locke e Hobbes (BRUNON-ERNST, 2007, p.215). Essas ideias aparecem no seu sistema de penas e recompensas, tendo no horizonte a felicidade esperada e conquistada por e para todos. Outro ponto nevrálgico de seu sistema de pensamento é a importância dada à linguagem,

⁸⁶ Bentham projetou "uma prisão nos anos 1787-1791, segundo o modelo panóptico, uma Casa de Indústria no período de 1796-1798 e um externato nos anos 1816-1817" (BRUNON-ERNST, 2007, p.17). A concepção de tais projetos, todos direcionados à criação de instituições, obedeceu ao processo de maturação de ideias utilitaristas. (THIESEN; MIRANDA, 2009)

preocupação também demonstrada por outros filósofos seus contemporâneos, como Hume, Locke e Berkeley. Nesse sentido, Cléro & Laval afirmam que “o utilitarismo é fundamentalmente uma teoria da linguagem” (2002, p.7). Para Bentham “as leis só podem ser feitas com palavras. A vida, a liberdade, a propriedade, a honra, tudo o que nos é caro depende da escolha das palavras” (CLÉRO; LAVAL, 2002, p.8).

Veremos a seguir de que maneira as ideias do jurista se refletiram (ou não) na classificação do conhecimento proposta em *Chrestomathia*⁸⁷. Nessa obra Jeremy Bentham apresenta o conteúdo da instrução chrestomáthica (tabelas I e II), reproduz (tabela III) e critica a estruturação do conhecimento de Diderot e d’Alembert segundo suas convicções, assim como faz emendas à Árvore de Porfírio (Tabela IV).

Por fim, na Tabela V estrutura sua classificação do conhecimento segundo o modo de bifurcação, tal como pensou as Artes e as Ciências (THIESEN; MIRANDA, 2009, p.222). No mundo do Direito a imprecisão e a ambiguidade presentes no vocabulário jurídico podem acarretar danos e prejuízos à sociedade. É nesse sentido que o jurista apresenta a linguagem como representação e comunicação do conhecimento e da informação, conforme a mencionada Tabela V:

⁸⁷ Não é possível apresentar a totalidade da Tabela V sem perda de informação que decorreria de sua inserção nos limites deste trabalho, razão pela qual apresentamos um resumo esquemático para fins de argumentação.

ESQUEMA 1: Table Encyclopédique ou Table de l'Art et de la Science.

Eudémonique
Coenoscopique
Idioscopique
Ontologie Idioscopique
Somatoscopique
Somatique
Pososcopique
Mathématique
Alegomorphique
Mathématique Alemorphique
Morphoscopique
Poïoscopique
Somatique Poïoscopique
Physiurgoscopique
Histoire Naturelle
Uranoscopique
Épigéoscopique
Physiurgie Épigéoscopique
Abioscopique
Embioscopique
Physiurgie Embioscopique
Azooscopique
Zooscopique
Anthropurgoscopique
Philosophie Naturelle
Coenoscopique
Mècanique
Idioscopique
Chimie
Mècanique et la Chimie
Anapirique
Catastaticochrestique
Pneumatoscopique
Pneumatologie
Nooscopique [<i>Connaissances</i>]
Pneumatologie Nooscopique
Plasioscopique
Coenonesioscopique [<i>Communication</i>]
Nooscopie Cenonesioscopique
Didactique [<i>Information</i>]
Pathocinetique
Pathoscopique
Pneumatologie Pathologique
Ergastique
Anergastique

Fonte: BENTHAM, J. (2004, [1843]); THIESEN; MIRANDA (2009)

Em *Chrestomathia* Bentham discute a melhor forma de classificar o conhecimento com vistas a evitar ambiguidades, justificando a opção pela bifurcação e a exaustividade.

Deteve-se minuciosamente na definição de cada termo inserido no esquema proposto. O jurista inventou diversos vocábulos de origem grega, muitos dos quais constituíam neologismos. Alguns foram posteriormente dicionarizados e outros permaneceram obscuros. Ao cunhar uma terminologia própria ao pensamento filosófico utilitarista, Bentham se diferencia de seus contemporâneos pela univocidade do sentido que os termos carregam – intenção coerente com seus propósitos, mas simultaneamente pouco difundidos fora do universo jurídico. Percorreu, portanto, o caminho inverso das práticas classificatórias se considerarmos que o conhecimento representado nos sistemas de organização é aquele aceito e consolidado pela área à qual se destina.

3 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO DA *LIBRARY OF CONGRESS*

O conceito de “Sistemas de Organização do Conhecimento” (SOC) compreende todos os tipos de instrumentos utilizados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento, incluindo os esquemas de classificação – que organizam materiais em nível geral (como livros em uma estante); cabeçalhos de assunto – que proveem o acesso mais detalhado; catálogos de autoridade – que controlam versões variantes de informação fundamental (como nomes geográficos e nomes pessoais) e outros instrumentos menos tradicionais - como redes semânticas e ontologias. Os sistemas de organização de conhecimento são mecanismos para organizar a informação e constituem o coração de todo Sistema de Recuperação de Informação, como biblioteca, museu e arquivo (HODGE, 2000).

A decisão de usar um sistema de organização do conhecimento é central ao desenvolvimento de qualquer SRI, sendo a classificação a principal atividade neste processo. Como sabemos, o processo de classificar é inerente aos seres humanos desde cedo, em contato com o mundo através da comparação entre objetos novos ou da experiência com aqueles com que estamos familiarizados, identificando padrões e categorizando o que é novo em nosso quadro de referência já existente. A ênfase no desenvolvimento de SOC pode ser encontrada nos escritos de nossos mais antigos filósofos, muitos dos quais continuam influenciando nossa visão do mundo. Por exemplo, o esforço de Aristóteles para categorizar o conhecimento em grupos (como física, política ou metafísica) está refletido em nosso idioma, nossa educação e nossa ciência (MIRANDA et. al., 2012)

O esquema de classificação original da Biblioteca do Congresso, usado entre 1800 e 1814, estava baseado nos trabalhos filosóficos de Francis Bacon que herdou da tradição inglesa, que por sua vez originou a CDD e esta a CDU. Começando em 1814, a influência de

Thomas Jefferson pode ser vista na coleção da Biblioteca do Congresso. Foi Jefferson quem reclassificou a biblioteca, à luz de uma filosofia mais humanista (LESK, 1997).

Lesk afirma que não existe um único SOC com o qual todos concordem, mas especula que um único seria vantajoso, porém seria improvável que tal sistema fosse desenvolvido. A questão cultural pode limitar um sistema de organização do conhecimento de forma que o que é significativo para uma cultura pode não ser necessariamente para outra (LESK, 1997). Então, habitamos um mundo de múltiplas visões, com várias maneiras para organizar o conhecimento. Até porque toda classificação, toda organização, pressupõe uma escolha, um corte epistemológico frente a seu objetivo específico. Apesar dessa diversidade, os SOC possuem as seguintes características comuns que são críticas em relação ao seu uso para organização do conhecimento em qualquer ambiente de informação: impõem uma visão particular de mundo sobre uma coleção e sobre os itens que a compõem; a mesma entidade pode ser caracterizada de modos diferentes, dependendo do SOC que é utilizado.

Beghtol (2002) introduz o princípio da garantia cultural que reside na ideia de um sistema de organização do conhecimento ser o mais apropriado possível e útil para os indivíduos de uma cultura apenas se ele for baseado nas suposições, valores e predisposições dessa mesma cultura. Inversamente, se um sistema não é baseado nessas suposições, ele será apropriado e útil a uma menor extensão de indivíduos na cultura. E apresenta como solução o uso deste princípio de maneira que as notações - utilizadas nos esquemas de classificação para representar e organizar o conhecimento - tenham a habilidade de “admitir novos conceitos apropriadamente e acomodá-los nas relações corretas com outros conceitos” (BEGHTOL, 2002, p.35). O princípio da hospitalidade cultural, portanto, complementa o princípio da garantia cultural.

3.1 A Library of Congress Classification

A *Library of Congress* (LC) foi criada por um ato do Congresso em 1800 quando o então Presidente John Adams assinou termo para a transferência da sede do governo da Filadélfia para a nova capital na cidade de Washington e foi inaugurada com uma coleção de 3.000 volumes. Os livros, que antes eram ordenados por tamanho, em 1892 já estavam divididos em 18 classes, baseadas nas classificações de Francis Bacon, com adaptação de Diderot e d’Alembert. Em 1815 fora adquirida a coleção de Thomas Jefferson, constituindo assim a nova biblioteca (PIEDADE, 1983).

Após a mudança de prédio, em 1897, os bibliotecários sentiram a necessidade de criar um novo sistema de classificação que comportasse o crescente acervo. Designados por John

Russel Young, então diretor da entidade, James Hanson e Charles Martel tomaram por guia a Classificação Expansiva de Cutter, “introduzindo grandes modificações, especialmente quanto à notação” (PIEDADE, 1983, p.153). A partir deste planejamento em linhas gerais, cada classe foi entregue a diversos especialistas, derivando daí as pequenas diferenças que ocorrem de uma classe para outra.

A Classificação da *Library of Congress* baseou-se em 21 classes principais representadas de A-Z, exceto pelas letras I, O, N, X e Y, deixadas para futuras expansões, sendo igualmente adotada por diversas bibliotecas dos EUA e no mundo. O critério da previsibilidade científica está presente também no pensamento utilitarista e na classificação de Jeremy Bentham.

ESQUEMA 2: As 21 classes da *Library of Congress Classification*.

Classe	Assuntos cobertos
A	<i>General Works</i>
B	<i>Philosophy, Psychology, and Religion</i>
C	<i>Auxiliary Sciences of History</i>
D	<i>General and Old World History</i>
E	<i>History of America</i>
F	<i>History of the United States and British, Dutch, French, and Latin America</i>
G	<i>Geography, Anthropology, and Recreation</i>
H	<i>Social Sciences</i>
J	<i>Political Science</i>
K	<i>Law</i>
L	<i>Education</i>
M	<i>Music</i>
N	<i>Fine Arts</i>
P	<i>Language and Literature</i>
Q	<i>Science</i>
R	<i>Medicine</i>
S	<i>Agriculture</i>
T	<i>Technology</i>
U	<i>Military Science</i>
V	<i>Naval Science</i>
Z	<i>Bibliography, Library Science, and General Information Resources</i>

As classes são publicadas independentemente umas das outras e cada uma tem seu próprio índice, sofrendo revisões e acréscimos, conforme a expansão do acervo, publicadas quadrimestralmente no *L.C. Classification: Addition and changes*.

A extensão de cada classe, sua maior ou menor especificidade depende em grande parte do desenvolvimento da coleção, portanto o desenvolvimento do sistema baseia-se na garantia literária.

Sayers (1962, p.151) considera a LCC um sistema utilitário, sem base filosófica, mas, sendo originário do conhecimento escrito e sendo este uma expressão da ordem natural, procurada pelas classificações filosóficas. Para Foskett (1985, p. 112) "esta distinção é superficial, desde que só o conhecimento expresso pode ser classificado e quanto mais próximo está na ordem da natureza maior é sua verdade objetiva e seu sucesso em aumentar nosso poder sobre a natureza".

A LCC é o mais importante sistema utilitário, sem apoio em bases científicas de que se tem conhecimento. Embora a arrumação dos assuntos dentro das classes seja inteiramente arbitrária, dependendo das necessidades da própria Biblioteca, ela tem sido, desde sua criação, em fins do século XIX, até hoje um sistema atuante, em constante expansão (BARBOSA, 1969, p.53).

O sistema da Biblioteca do Congresso é muito detalhado, podendo ser considerado como uma série de classificações especializadas, bastante enumerativo, mas que recorre à síntese, quando aplica suas inúmeras tabelas auxiliares.

Na avaliação de Langridge (1977, p. 87-88) a LCC é o menos sistemático de todos os esquemas de classificação, com possibilidade frequente de classificação-cruzada. Produto de uma escola prática obstinada que parece pensar que teoria não tem nenhuma relação com prática. Como o esquema de Dewey, é frequentemente defendida pelo comentário "funciona". Desde que não se trata de fato de um esquema funcionar ou não funcionar, mas sim de funcionar com grande grau de eficiência, o comentário não tem muita significação.

O sistema da Biblioteca do Congresso tem a flexibilidade para classificar qualquer tipo de material, é muito detalhado, enumerativo, porém recorrente à síntese, quando aplicadas suas inúmeras tabelas auxiliares. É um esquema prático para aqueles que acreditam em soluções simples e, atualmente, apresenta como índice geral a *Library of Congress Subject Headings*, como veremos a seguir.

3.2 A Library of Congress Subject Headings

A *Library of Congress Subject Headings* surgiu por obra de seu ilustre bibliotecário Charles Ammi Cutter, no final do século XIX, quando a biblioteca foi transferida para sua nova sede.

Para a Biblioteca do Congresso Cutter preparou um *catálogo-dicionário* no qual eram listados, juntos, em ordem alfabética, autores, títulos e assuntos dos livros (GNOLI; VITTORIO; ROSATI, 2006, p. 36). Este tipo de catálogo ainda é utilizado atualmente, sobretudo em pequenas bibliotecas públicas. Com o tempo, os termos do catálogo foram sendo refinados e formalizados, enriquecendo-se de *remissivas* para as formas preferidas de um termo ou para suas variantes. Deste modo, quando os usuários procuram um termo não utilizado pelo catálogo são então reenviados ao termo corrente. Na verdade, enquanto a identificação de autores e de títulos na maior parte dos casos é bastante imediata, para os assuntos é necessário seguir algumas regras convencionais para se assegurar que:

- um conceito seja representado sempre com a mesma forma (uniformidade);
- a mesma forma represente sempre o mesmo conceito (univocidade);
- o tema de cada documento seja descrito de modo completo (exaustividade);
- um conceito seja representado exatamente na linguagem de indexação (especificidade);
- o catálogo responda a todas as expectativas dos usuários (previsibilidade).

Em 1876 Cutter elaborou as *Rules for a dictionary catalog*, onde estabeleceu um conjunto genérico de regras para a construção e o arranjo de cabeçalhos de assunto, resumidas em três princípios básicos : 1º - Princípio específico; 2º - Princípio do uso e 3º - Princípio sindético. No primeiro os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico e não pela classe que está subordinada; o segundo preconiza que deve haver compatibilidade entre a terminologia e a forma que os usuários utilizam a informação; o terceiro pressupõe a ligação de assuntos correlacionados através de uma rede de referências cruzadas.

The List of Subject Headings for the use in Dictionary Catalogs preparada por um comitê da *American Library Association* (ALA) e publicado em 1895, foi usado como base para a elaboração de cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso.

Deste modo, progressivamente se consolidaram os *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), tornando-se logo os *cabeçalhos* mais importantes do mundo, atualmente em sua 36ª edição. Do mesmo modo que seu esquema de classificação, a LCSH se difundiu graças à distribuição das fichas da Biblioteca do Congresso para outras bibliotecas, depois em forma de fitas magnéticas e atualmente se encontram em formato digital.

No que se refere à ordem sistemática, a alfabética apresenta pelo menos duas vantagens evidentes: é de compreensão imediata dos usuários e possibilita a inserção a qualquer momento (e lugar) de novos cabeçalhos, constituindo a chamada *hospitalidade*. Por outro lado, temas afins descritos por diversos termos, como antílopes e zebras, encontram-se distantes sem qualquer regra sistemática (GNOLI; VITTORIO; ROSATI, 2006, p. 42). Numa ordem sistemática esses assuntos estariam agrupados na classe de mamíferos, numa ordenação alfabética estariam dispersos.

Lista de cabeçalho de assunto é um tipo de sistema de organização do conhecimento, assim como os esquemas de classificação, os tesouros, as taxonomias e as ontologias e tem como finalidade a representação dos assuntos dos documentos por cabeçalhos de assunto que arrola, exercendo certo controle sobre os termos de indexação a serem adotados pelo bibliotecário numa determinada unidade de informação.

Uma lista de cabeçalho de assunto é composta pelas instruções de uso, pelos cabeçalhos de assunto arrolados, pelas remissivas “ver” e pela estrutura sindética (rede de remissivas “ver também”). Constitui parte essencial de um sistema de recuperação da informação, pois reflete diretamente na recuperação dos assuntos ordenados no catálogo alfabético de assunto ou nas bases de dados.

A *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) encontra-se na sua 36ª edição (2014, em 6 volumes), continuando um trabalho cumulativo de cabeçalhos de assunto estabelecidos pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América (LC) desde 1898. A primeira edição da LCSH, denominada *Subject Headings used in the Dictionary Catalogues of the Library of Congress*, foi impressa em partes entre 1909 e 1914. Requisitou-se a edição de listas suplementares, seguida de uma 2ª edição em 1919. A 4ª edição (1943) da LCSH introduziu o conceito de *pattern-headings*, significando que determinados cabeçalhos são usados como modelos para subdivisões que podem ser usadas com outros cabeçalhos na mesma categoria de assunto. Edições posteriores foram publicadas em intervalos irregulares.

Até 1974, catalogadores de assunto da LC regularmente estabeleciam combinações de subcabeçalhos, submetendo-os para revisão, aprovação e impressão na LCSH. Em 1974, também ficou decidido que a maioria das combinações dos subcabeçalhos ficariam, no futuro, elaborados em conformidade com regras, ao invés de autorizações individuais. O título mudou para *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) quando foi publicada a 8ª edição em 1975. Sua longa introdução incluía uma lista das subdivisões mais usadas (*free-floating subdivisions*) e notas de escopo orientando seu uso.

O fato de a lista ter se expandido através dos tempos reflete a variedade de princípios de centenas de catalogadores que têm contribuído na elaboração, inclusão, alteração e/ou exclusão dos cabeçalhos de assunto.

A LCSH também teve sua estrutura modificada a partir da 11ª edição em 1987. Até a 10ª edição utiliza-se para apresentação dos cabeçalhos de assunto os seguintes sinais: sa - (*see also*) - indicava uma referência para um tópico relacionado ou subordinado; x - (*see from*) - indicava uma referência de uma expressão não adotada como subcabeçalho e xx - (*see also from*) - indicava um cabeçalho relacionado ou genérico a qual uma referência ver também é feita. A partir da 11ª edição, depois de várias reavaliações feitas pelo comitê da Biblioteca do Congresso, decidiu-se pela estrutura semelhante a do tesouro:

UF - *used for*-----x
 BT - *broader topic*-----xx
 RT - *related topic*-----xx/sa
 NT - *narrower topic*-----sa

A 36ª edição da Lista de Cabeçalho de Assunto da Biblioteca do Congresso (LCSH 36) contém cabeçalhos estabelecidos pela Biblioteca até junho de 2014. Os cabeçalhos de assunto incluídos nesta lista foram obtidos através da criação de um banco de dados constituído por todos os registros de cabeçalhos de assunto e de subdivisões pesquisados no catálogo de autoridade de assunto, na Biblioteca do Congresso. Cerca de 336.090 registros de autoridade constavam então no catálogo.

Na LCSH36 o conhecimento está organizado em cabeçalhos e subcabeçalhos de assunto ordenados alfabeticamente, constituindo um total de aproximadamente 336.090 cabeçalhos de assunto, ou seja, 9.000 a mais que a 35ª edição.

O banco de dados de autoridade de assunto no qual os cabeçalhos de assunto nesta edição foram estabelecidos indica que foram arrolados cerca de 23.844 cabeçalhos de nomes pessoais, dos quais 22.686 representam cabeçalhos de nomes de família, 9.327 cabeçalhos corporativos, 9 cabeçalhos de reuniões ou conferências, 487 títulos uniformes, 238.859 cabeçalhos de assuntos tópicos e 59.956 cabeçalhos de assuntos geográficos. Há 769 referências USE, 4.352 referências VER TAMBÉM, 293.125 referências de uma rubrica para outra, utilizável e 352.269 referências de cabeçalhos de assunto não permitidos para cabeçalhos de assunto permitidos.

A criação e revisão de cabeçalhos de assunto é um processo contínuo. Aproximadamente 5.000 novos cabeçalhos, incluindo aqueles com subdivisões, são adicionados a LCSH a cada ano. As propostas de novos cabeçalhos e revisões existentes são

submetidas pelos catalogadores na Biblioteca do Congresso e aos participantes do *Subject Authority Cooperative Program* (SACO). As propostas aprovadas passam a integrar o catálogo de autoridade de cabeçalhos de assunto em linha, na Biblioteca do Congresso, a partir do qual várias publicações são criadas.

3.3 Ressonâncias utilitaristas nos Sistemas de Organização do Conhecimento da *Library of Congress*

Alguns aspectos da teoria utilitarista de Bentham podem ser cotejados com elementos incorporados nos sistemas de organização do conhecimento da *Library of Congress*. A LCC é considerada como o maior sistema de organização do conhecimento utilitário em uso. Foi elaborada, é desenvolvida e atualizada de acordo com as necessidades da própria Biblioteca do Congresso dos EUA. Para Mann (1950, p.100) a LCC "é essencialmente uma classificação de livros porque os livros em cada classe já tinham sido arrumados e estudados antes do esquema ser feito. Provavelmente nunca haverá melhor oportunidade para se criar uma classificação baseada na própria utilização dos livros."

A flexibilidade e a expansibilidade praticamente ilimitada da LCC, a variedade de artifícios de notação para a subdivisão de assuntos por forma, por local, dentre outros permitem não só a adição e incorporação de novos assuntos, mas tornam possível com um símbolo de três algarismos subdividir gradualmente classe por classe.

Como no sistema contido na obra *Chrestomathia* de Jeremy Bentham, a LCC apresenta a estruturação do conhecimento com base na Classificação Expansiva de Cutter, que por sua vez se baseou em Diderot e d'Alembert organizando o conhecimento segundo o modo de bifurcação.

Da mesma maneira, encontramos correspondência entre a teoria geral da classificação e a teoria utilitarista, como por exemplo, para a sistematização de cabeçalhos de assunto com base nos princípios da uniformidade, da univocidade, da exaustividade, da especificidade, da previsibilidade. Assim como para a teoria de Cutter para a construção e o arranjo de cabeçalhos de assunto: princípio específico; princípio do uso e princípio sindético.

Aprofundando mais nossos estudos encontramos também algumas semelhanças na teoria da classificação de Bliss (1939) e na teoria da classificação de Ranganathan (1967), como o princípio da sequência útil para a construção de renques⁸⁸.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸⁸ Renques são classes de termos formadas a partir de uma única característica de divisão.

Os resultados preliminares obtidos até aqui indicam, como ponto de partida deste trabalho, diversas aproximações entre a teoria utilitarista de Jeremy Bentham e os sistemas de organização do conhecimento da Library of Congress Classification e Library of Congress Subject Headings aqui analisados.

Neste sentido, fornecemos alguns subsídios que podem contribuir para a desconstrução da ideia de que não há uma concepção teórica regendo esses sistemas. Além disso, permanece a necessidade de estudos mais verticais que possam evidenciar os limites e as possibilidades de aperfeiçoamento de outros sistemas de organização do conhecimento à luz da lógica benthamiana revalorizada hoje em diversos países, como a Inglaterra, sua terra natal. O utilitarismo clássico, que tem em Jeremy Bentham seu maior representante, como vimos, é hoje um campo de estudos fértil sobre o qual se debruçam pesquisadores de diversas áreas do conhecimento da França e da Inglaterra.

O que resta hoje de seu sistema de pensamento? Entre as diversas contribuições que se acham registradas na história das classificações – um capítulo que merece ainda muitas pesquisas – suas ideias são exploradas e analisadas nos campos da filosofia, da economia, da história, do direito, da sociologia, entre outros. A existência de uma revista publicada em inglês e francês, desde 2006 – *Révue d'études benthamiennes*, internacional e pluridisciplinar - atesta sua importância nesses dias em que a informação e o conhecimento se expandem de modo expressivo, num mundo cada vez mais voltado para a busca da comunicação em tempo real, o que pressupõe novas formas de organizar o conhecimento. Além desses aspectos, estudos comparativos entre as diversas classificações podem ser direcionados à compreensão de seus formuladores, com o objetivo de identificar comunidades de sentido que expliquem a coincidência de características que migram de um sistema a outro, guardando, entretanto, suas próprias identidades.

REFERÊNCIAS

ALLAND, D.; RIALS, S. (Dir.). **Dictionnaire de la culture juridique**. Paris: Quadriga / LAMY-PUF, 2012.

BARBOSA, A.P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LOPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: Ergon-Verlag, 2002. p. 45-49.

BENTHAM Project. University College London (UCL). Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/>>.

BENTHAM, J. *Chrestomathia* [1816-1817]. In: SMITH, M. J.; BURSTON, W. H. (Ed). **The collected works of Jeremy Bentham**, Oxford, Clarendon Press, 1983.

BENTHAM, J. **Chrestomathia**: recueil de feuillets qui expliquent le projet d'une institution destinée à être mise en œuvre sous le nom de Externat Chrestomathique ou École Chrestomathique pour l'extension du nouveau système d'instruction aux branches supérieures de l'enseignement, à l'usage des rangs moyens et supérieurs de la vie. Traduction, notes et introduction de Jean-Pierre Cléro. Paris: Cahiers de l'Unebévue, 2004.

BLISS, H.E. **The organization of knowledge in libraries**. New York : H. W. Wilson, 1939.

BONTE, P.; IZARD, M. (Dir.). **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris: Quadriga / PUF, 2007. p.153

BRUNON-ERNST, A. **Le panoptique des pauvres**: Bentham et la réforme de l'assistance en Angleterre. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CENTRE BENTHAM: traduire, commenter, diffuser l'œuvre de Jeremy Bentham. Disponible em: <<http://www.centrebentham.fr>>.

CLÉRO, J-P. **Bentham philosophe de l'utilité**. Paris: Ellipses, 2006.

CLÉRO, J-P.; LAVAL, C. **Le vocabulaire de Bentham**. Paris: Ellipses, 2002.

CONDOLLE, A.P. de. **Théorie élémentaire de la botanique** ou Exposition des principes de la classification naturelle et de l'art de décrire et d'étudier les végétaux. Paris: chez Déterville, Libraire, rue des Hautefeuilles, n.8, 1813. Disponible en : http://books.google.com.br/books?id=ThMAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Accès en: 21 de julho de 2014.

FOSKETT, D. J. **Subject and information analysis**. New York: Marcel Dekker, 1985.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. 10. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

GNOLI, C.; VITTORIO, M.; ROSATI, L. **Organizzare la conoscenza**. Dalle biblioteche all'architettura dell'informazione. Roma: Tecniche nuove, 2006.

HEINZ, F.M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington, D.C.: Clir Publication, 2000.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Trad. Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LECOURT, D. (dir.). Classification. In: _____. **Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences**. Paris: Quadriga / PUF, 2006.

LESK, M. **Practical digital libraries: books, bytes, and bucks**. San Francisco: Morgan-Kaufmann, 1997.

MANN, M. Introduction to cataloguing and the classification of books. 2nd ed. Chicago: ALA, 1950.

MIRANDA, M. L. C. de; PARANHOS, J. P. B.; OLIVEIRA, J. X. de; PAES, M. S. A organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Heading. In: GUIMARÃES, J. A. C; DODEBEI, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. [recurso eletrônico]. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. 285p. p. 153-159. e-Book.

PERROT, M. O inspetor Bentham. In: BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Organização e tradução de Tomaz Tadeu a Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publ. House, 1967.

SAYERS, W. C. B. **A manual of classification for librarians and bibliographers**. 3rd ed. rev. with some corrections; with illustrations and bibliography. London: Grafton, 1962.

STONE, L. Prosopography. **Daedalus**, v.100, n.1, p.46-79, 1971.

THIESEN, I; MIRANDA, M. L.C. de. Jeremy Bentham, o utilitarismo e a classificação do conhecimento: elementos históricos para os estudos da Ciência da Informação. Rio de Janeiro, **Datagrama**, v.11, n.5, 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out10/F_I_art.htm>.

THIESEN, I; MIRANDA, M.L.C. de. Jeremy Bentham e a classificação do conhecimento: elementos para as bases histórico-epistemológicas da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, X, 2009, João Pessoa – PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. **Library of Congress Subject Headings**. 36th. ed. Washington, D.C., 2014. 6v.